

## *O Governo, a Igreja e a Bíblia nas Igrejas Assembleias de Deus em tempos de Ditadura*

Elba Fernanda Marques Mota<sup>1</sup>

**Resumo:** Pretende-se analisar como a produção editorial, por meio de uma imprensa evangélica, no período de 1960 a 1979, mobilizou os fiéis das Igrejas Assembleias de Deus a aceitarem e, posteriormente, inserirem-se na política partidária brasileira. Da mesma forma que o contexto político da ditadura civil-militar condicionou o comportamento de instituições religiosas e seus integrantes frente ao regime ditatorial vigente em nosso país, especialmente na década de 1970. Para tanto, analisaremos como esta denominação religiosa se utilizou da imprensa escrita para promover a participação política de seus membros, através do jornal *Mensageiro da Paz* e da revista *A Seara* e, por fim, tornou claro o seu apoio ao Estado de exceção vivido pelo Brasil.

**Palavras-chave:** Assembleias de Deus, política, imprensa Evangélica, Ditadura civil-militar.

### **Who will we vote for?" The Government, the Church and the Bible in the Assemblies of God churches**

**Abstract:** The aim is to analyze how the editorial production, through an evangelical press, in the period from 1960 to 1979, mobilized the faithful of Assembly of God Church accept and, subsequently, inset into Brazilian party politics. In the same way that the political context of the civil-military dictatorship conditioned the behavior of religious institutions and their members in the face of the dictatorial regime in force in our country, especially in the 1970. To this end, we will analyze how this religious denomination used the written press to promote the political participation of its members, through the newspaper of Messenger of Peace journal and Seara magazine and, finally, made clear its support for the State of exception experienced by Brazil.

**Keywords:** Assembly of God; policy; evangelical press. Civil-military dictatorship.

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Doutora em História pela UNIRIO. Tem experiência na área de História Contemporânea e História das Religiões, com ênfase na História do Protestantismo brasileiro. E-mail: [elbamota22@yahoo.com.br](mailto:elbamota22@yahoo.com.br).

## El Gobierno, la Iglesia y la Biblia en las Asambleas de Dios Las iglesias en tiempos de Dictadura

**Resumen:** El objetivo es analizar cómo la producción editorial, a través de una prensa evangélica, en el período de 1960 a 1979, movilizó a los fieles de las Iglesias de las Asambleas de Dios para aceptar y, posteriormente, insertarse en la política partidista brasileña. De la misma manera que el contexto político de la dictadura cívico-militar condicionó el comportamiento de las instituciones religiosas y sus miembros frente al régimen dictatorial vigente en nuestro país, especialmente en la década de 1970. Para ello, analizaremos cómo esta denominación religiosa utilizó la prensa escrita para promover la participación política de sus miembros, a través del diario Mensageiro da Paz y la revista A Seara y, finalmente, dejó claro su apoyo al Estado de excepción que vive Brasil.

**Palabras Clave:** Asambleas de Dios, política, prensa evangélica, dictadura cívico-militar

*Recebido em 01/02/2024 - Aprovado em 08/03/2024*

### *Introdução*

Na atualidade, as Assembleias de Deus enquanto instituição religiosa possui uma historicidade própria, com números contundentes e representação política com forte poder de atuação e arregimentação de votos. Segundo os números referentes ao censo de 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 22,2% da população brasileira se declara evangélica, e destes, 13,3% denominaram-se pentecostais, sendo 12.314.410 milhões representantes das Assembleias de Deus. Esta quantidade expressiva de fiéis representa um crescimento de 48% em 10 anos. Em 2000, o número de assembleianos era de 8,4 milhões. Uma década depois, houve um acréscimo de 3,9 milhões de novos membros.

Estes números, além de demonstrarem a visibilidade que as Assembleias de Deus possuem no Brasil, em razão da quantidade de membros que agrega, também demonstra a necessidade de compreendê-las enquanto objeto de estudo bastante profícuo na problematização de nossa história recente. Tendo em vista que as mesmas apresentam uma historicidade particular, e, ainda, pelo fato da Igreja ter vivenciado praticamente todo o século XX em nosso país – em 2011, seus membros comemoraram o seu centenário de fundação, ocorrido em Belém do Pará, em 1911.

Diante desta conjuntura histórica, pretende-se analisar a sua inserção no cenário partidário brasileiro, problematizando seus desdobramentos ao longo do século XX, especialmente durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, atentando para a participação de civis neste momento da História brasileira, principalmente, com consentimentos, silenciamentos e apoios públicos por parte das principais instituições religiosas do país.

### ***Igrejas evangélicas e a Ditadura Civil-Militar: as Igrejas Assembleias de Deus***

No que concerne às igrejas Assembleias de Deus, notamos uma presença mais tímida de relatos no que se refere à participação das igrejas evangélicas ao longo da ditadura civil- militar. No que se alude à esta presença, observamos nos últimos doze anos, uma crescente produção acadêmica sobre a temática. Esta tem sido uma das vertentes mais profícuas, por elencar na maior parte das análises as igrejas que apoiaram o golpe e que posteriormente terminaram por inserir-se no pleito eleitoral ao longo deste período. Podemos citar duas que abordaram estes temas, temos a importante contribuição de Adroaldo Almeida, em que o autor faz uma análise relacional entre as igrejas evangélicas e a ditadura civil-militar, especialmente na forma como as mesmas se posicionaram frente ao golpe com o posterior desdobramento destas escolhas. As selecionadas foram a igreja Presbiteriana Independente, as igrejas Assembleias de Deus, a igreja Metodista e a igreja Batista (Almeida, 2020).

Outra importante contribuição para o debate é a de Zózimo Trabuco. Em sua análise, seu objetivo principal é investigar a relação de setores protestantes com as esquerdas e os movimentos de minorias ocorridos na última década da ditadura militar, nos primeiros dez anos após o fim do regime e durante a transição democrática, que pela historiografia é dividido da seguinte forma: distensão (1974-1978), abertura (1979-1985) e transição democrática (1985-1989). Com grande rigor documental e análise crítica, a obra é uma boa medida para pensarmos a relação das esquerdas com o protestantismo, especialmente até onde o segmento religioso poderia alcançar e se relacionar dentro desta perspectiva (Trabuco, 2016). Além de ser uma exceção, posto que boa parte da postura destas igrejas se enquadre num posicionamento à direita, mostrando assim ser possível superar a atribuição a toda a esquerda de uma visão não religiosa, até mesmo ateuísta, da vida e da sociedade.

Entendemos essa produção historiográfica favorecida pela implantação da Comissão Nacional da Verdade, que colaborou para o desenvolvimento de algumas dissertações e teses<sup>2</sup>. Contudo, notamos a ausência da igreja Assembleia de Deus no relatório final do Grupo. Tem-se a presença de relatos sobre igrejas protestantes históricas, como a igreja presbiteriana, a metodista, a luterana, a batista, igrejas que historicamente apoiaram o regime. Porém, em relação às Assembleias de Deus, encontramos apenas uma citação, em que o ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Espírito Santo, Cláudio Guerra, afirma ter executado 6 ou 7

---

<sup>2</sup> Em 2012 a Comissão Nacional da Verdade criou o Grupo de Trabalho responsável por investigar o papel das igrejas durante a Ditadura Militar.

pessoas a mando da repressão e incinerado os corpos de outras 13, além de ter afirmado que conheceu o coronel Freddie Perdigão Pereira, morto em 1998, que atuou no Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi) de São Paulo, na Casa da Morte de Petrópolis e coordenou o atentado do Riocentro, que provocou o acidente que resultou na morte da estilista Zuzu Angel<sup>3</sup>, em abril de 1976 (Comissão Nacional da Verdade, 2014).

Guerra foi condenado e cumpriu pena por três tentativas de homicídio, resultantes de um atentado à bomba do qual participou nos anos 80, no Espírito Santo. Na cadeia, converteu-se ao cristianismo, tornou-se pastor da Assembleia de Deus e afirma querer fazer sua parte "para que uma página triste de nossa história seja passada a limpo"(Comissão Nacional da Verdade, 2014).

Este é o único documento em que a Assembleia de Deus é citada ao longo do relatório final produzido pela Comissão Nacional da Verdade, situação bem distinta das demais igrejas protestantes, que possuem lugar de destaque por seu apoio público ao regime e posterior perseguição aos membros considerados progressistas na conjuntura política que o país vivia<sup>4</sup>.

Por este motivo, o relatório final conclui que o conservadorismo, que sempre foi a tônica entre os evangélicos, provocou a omissão das igrejas frente à imposição da ditadura militar no Brasil e também tornou possível o alinhamento de boa parte das lideranças evangélicas com o governo de exceção:

A postura oficial das igrejas protestantes diante do golpe militar de 1964, por meio de suas lideranças pode ser classificada, de modo geral, como de apoio, sendo este imediato, da parte de presbiterianos e batistas, ou cauteloso, da parte de metodistas, episcopais e luteranos. A oposição com resistência existiu entre protestantes, mas não de forma oficial; foi assumida por lideranças clérigas e leigas, indivíduos e grupos vinculados ao movimento ecumênico e/ou que tinham, no seu histórico, uma formação teológica que levava a uma prática de engajamento social e de compromisso com a justiça. Muitos que ingressaram em

<sup>3</sup> Zuzu Angel, era mãe de Stuart Angel, estudante de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, cujo desaparecimento político mobilizou a opinião pública nacional e estrangeira em busca de seu filho. A repercussão do caso prejudicou a imagem do regime militar no exterior.

<sup>4</sup> Os agentes da repressão denominavam “progressistas” tanto católicos quanto protestantes, por conta de ações consideradas de “contestação ao regime vigente e às autoridades constituídas”.

organizações de oposição à ditadura, atuaram até mesmo na clandestinidade e pagaram o preço por esse compromisso (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2, p.177).

Esta é a chave principal que direcionou as pesquisas acadêmicas nos últimos anos sobre a participação, através do apoio das igrejas evangélicas e da igreja Católica à ditadura militar. Isto justifica, de uma certa forma, a maior quantidade de pesquisas sobre estas denominações religiosas em comparação com a Igreja Assembleia de Deus, posto que esta optou pelo silêncio a partir do golpe, adotando uma postura de cautela para tornar público o seu apoio.

Ao longo da década de 1960, as igrejas Assembleias de Deus adotaram a atitude de se pronunciar por meio de seus periódicos sobre os principais acontecimentos do Brasil e do mundo, diferentemente do que notamos nas décadas de 1940 e 1950, quando, em sua maioria, as notícias pontuavam questões religiosas. O ano de 1961 inaugura, do ponto de vista da instituição, a comemoração de seu cinquentenário, em território brasileiro, tendo em vista que a mesma foi fundada em 1911, em Belém do Pará.

Em 1961, especialmente, notaremos uma ampliação de notícias que tem por objetivo orientar os fiéis quanto aos fatos que ocorriam no Brasil e no mundo, se utilizando, para tanto, de noticiário publicado pela imprensa secular e por artigos produzidos por seus redatores, membros da denominação. Podemos elencá-los dentro de uma temática que abordava aspectos políticos e de costumes.

O jornal *Mensageiro da Paz* e a revista evangélica *A Seara* foram os responsáveis por tornarem público, na década de 1960, o pensamento das igrejas Assembleias de Deus. Na área de interesse político, notamos dois aspectos principais com ampla publicação: o comunismo e o ecumenismo. Na conjuntura do golpe de 1964 no Brasil, os dois temas foram usados como recursos para a igreja apoiar a deposição do Presidente João Goulart, e, particularmente, como o mal que deveria ser combatido.

No caso das igrejas protestantes, a alternativa foi proteger-se quanto à série de mudanças por qual o país passava e, especialmente, apresentar-se como alternativa de compensação em um momento de crise para a população mais pobre, no sentido de ser a demonstração de equilíbrio para fiéis que viviam em período de crises familiares e com a assistência social, através da realização de mutirões, realizando doações de roupas e alimentação e conforto espiritual, por meio dos grupos de oração e no próprio culto.

No que se refere à política, as Assembleias de Deus pensavam da seguinte forma, que “O Comunismo sai da esfera da política para a da religião, e é aí que ele se arraiga no espírito dos incautos. Está provado que a ignorância quanto a este assunto é geral: congressistas, civis e militares, estudantes e professores” (*A Seara*, 1963, p.3). Na

concepção editorial estabelecida pelo artigo, só havia uma saída, a instrução dos que ainda não conseguiam entendê-lo como expressão do mal.

E é neste ponto em especial que fica clara, por parte da igreja, a importância da imprensa para propagação de sua doutrina, no que diz respeito à instrução dos fiéis, quanto ao momento político vivido pelo Brasil.

A década de 1970 representou a continuidade das propostas desenvolvidas ao longo da década de 1960 por parte das igrejas Assembleias de Deus. Se na década anterior a igreja apresentou suas justificativas para apoiar a destituição do governo de João Goulart, tendo no comunismo seu principal inimigo, pautando este apenas sobre o aspecto revolucionário, visto como algo maligno, esquecendo de suas propostas trabalhistas e reformistas, no decênio que se iniciava, era chegado o momento de buscar a representação partidária, algo que se coadunava com a importância da denominação e, especialmente, com os interesses políticos de seus dirigentes, pastores, em sua maioria.

O Brasil vivia sob a institucionalização do Ato Institucional nº5 (AI-5), decretado em 13 de dezembro de 1968, pelo general Costa e Silva, que mudou sistematicamente a vida de muitos brasileiros, posto que foi o momento mais duro do regime, vigorando até o fim de 1978. Esse ato determinou, dentre outras medidas, poder de exceção aos governantes que agissem em defesa dos interesses do governo federal, e determinava no seu “Art. 11: Excluem-se de qualquer apreciação judicial, os atos praticados de acordo com este Ato Institucional” (Ato Institucional nº5).

A partir do AI-5, foi decretado o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado (voltando a ser aberto somente em outubro de 1969), a suspensão da garantia do habeas-corpus, a suspensão de direitos políticos de ministros do Superior Tribunal Federal e de deputados federais. O objetivo principal, segundo uma de suas deliberações, era “encontrar os meios indispensáveis para a obra de reconstrução econômica, financeira e moral do país”(Ato Institucional nº5).

No dia seguinte à sua publicação, o Jornal do Brasil estampava em sua primeira página a seguinte “Previsão do tempo: Tempo negro, temperatura sufocante, o ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx. 38°, em Brasília. Mín.5°, nas Laranjeiras” (Jornal do Brasil, 1968, p.1). Esta manchete, que anos depois ficaria marcada por sintetizar bem o clima daquele tempo, marca a mudança de postura da imprensa brasileira, uma vez que a grande imprensa, em larga medida, apoiou o golpe de Estado e posterior governo militar e a condenação do trabalhismo e de movimentos sociais entre 1964, ano do golpe, e 1968, ano de implantação do Ato Institucional nº 5 (AI-5). O próprio Jornal do Brasil mostrou-se a favor da queda de João Goulart, postura que se modifica a partir do endurecimento do governo para como a imprensa, através da Lei da Censura.

Esta Lei fez parte de um conjunto de dispositivos legais reunidos na Lei nº 5.250, promulgada em 9 de fevereiro de 1967, que entrou em vigor em 14 de março do mesmo ano, conhecida como Lei de Imprensa. É bom ressaltar que este controle sobre os meios de comunicação se desdobrou de várias maneiras, dentre os quais fundamentados pelos Atos Institucionais nº1 AI-1 (1964-1965) e nº2 AI-2 (1965-1967), pela Lei de Segurança Nacional, em vigor desde 1935, mas endurecida pela criação, por parte da Escola Superior de Guerra, da Doutrina de Segurança Nacional em 1968, até o seu apogeu durante a vigência do Ato Institucional nº5 (AI-5), que em seu artigo 9º conferiu ao Presidente da República capacidades para a imposição de censura prévia sobre os meios de comunicação, desde que considerasse um ato “necessário à defesa da revolução” (Costella,2017, p.1).

Neste diálogo com o AI-5, surgiram outros dispositivos legais para auxiliar a prática da censura, dentre estes a Emenda Constitucional nº1, outorgada em 17 de outubro de 1967, que reenumerou o artigo 150 do texto constitucional, como 153, acrescentando não serem toleráveis “as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes”. Amparando-se nesse adendo, baixou-se o Decreto Lei nº 1.077 de 26 de janeiro de 1970, que criou a censura prévia às publicações obscenas (Costella,2017, p.3). Estas determinações legais se coadunam com a forma como o jornal *Mensageiro da Paz* e a revista *A Seara* viam a política e, também, a participação da imprensa neste processo, tornando-se cada vez mais evidente as afinidades ideológicas entre as propostas de censura e os projetos das Assembleias de Deus.

Com um contexto econômico internacional favorável, marcado pela expansão acelerada do comércio internacional e pela disponibilidade de capitais para investimento e financiamento, o que não se repetiria nas décadas seguintes, o país se viu apoiado por uma série de medidas e investimentos estatais, que corroborou para um crescimento econômico nunca antes vivenciado pela economia brasileira, razão pela qual foi denominado de “milagre econômico” (Gaspari, 2022).

Os primeiros anos da década de 1970 configuraram-se como a “chegada do futuro”, ideia propagada pelo então Presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici, quando completava dois anos de mandato e em pronunciamento à nação através do rádio e televisão, declarava, solene: “A nação tem hoje a tranquila consciência de sua grandeza, em tempos realistas, possíveis e viáveis. Temos agora a certeza de que o *eterno país do futuro* se transformou afinal, no país do presente” (Cordeiro, 2015, p.9). (Grifos meus).

Este tom otimista e alentador dirigido ao povo brasileiro coaduna-se ao contexto histórico da época, posto que para boa parte da população, o país que vivia de sonhos e expectativas, poderia enfim viver o presente com uma perspectiva de

crescimento econômico e melhor qualidade de vida. Ainda que toda esta prosperidade estivesse assentada sobre um regime de exceção, para tantos outros significou uma sensação de segurança, tranquilidade e liberdade.

Liberdade em tempos de regime ditatorial? Sim, especialmente para os que consentiram com o governo vigente, no sentido de que para os seus apoiadores, a ditadura foi a solução necessária para a desordem pela qual passava o país. Houve apoios declarados, mas também os silenciosos; aqueles que faziam da escolha pela adesão aquela determinada situação, a única possível ou, ao menos, a mais razoável, restando, portanto, a obediência e a aprovação (Laborie, 2010).

Para os que viam o Brasil do início dos anos setenta como o país do presente era adequado e esperado que se comemorasse e, especialmente, tornasse público seu apoio, razão pela qual as Assembleias de Deus participaram ativamente das comemorações do sesquicentenário da independência<sup>5</sup>. Esta aprovação se deu em um primeiro momento no jornal *Mensageiro da Paz*, convocando os fiéis e leitores a participarem ativamente das festividades, especialmente, porque era chegada a ocasião de agradecer a “liberdade” vivida em nosso país. Desta forma, em matéria publicada em 15 de setembro de 1972, o jornal afirmava o seguinte:

São passados 150 anos desde que a LIBERDADE brasileira foi proclamada, e hoje, mais que nunca antes, o brasileiro se sente um *homem livre*, igual aos demais de quaisquer nacionalidades, usando as LIBERDADES próprias de homens livres, para exercer suas atividades de cidadania com a cabeça erguida, de acordo com as leis e princípios que orientam a vida e ordem pública deste Colosso Gigante que se denomina BRASIL (MENSAGEIRO DA PAZ, 1972. p. 2). (Grifo meu).

É interessante pontuar como o artigo evidencia que o Brasil passava por um momento de liberdade, inclusive comparando a liberdade do brasileiro, como homem livre em relação às demais nacionalidades, citando como exemplo, os países da Ásia, África e mesmo alguns da América Latina, como “povos que ainda vivem sob a tutela privada de

---

<sup>5</sup> No ano de 1972 o Brasil completava 150 anos de emancipação política, especificamente, no dia 7 de setembro, data da independência do Brasil, que naquele ano seria marcada pelas comemorações do sesquicentenário, seja através das tradicionais paradas militares em todo o país, seja por parte da iniciativa de organizações da sociedade civil, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB.

outros povos”, tornando claro, diante da conjuntura mundial daquele momento, o Brasil como um dos melhores lugares do mundo para se viver. Destaca ainda a importância da participação do jovem brasileiro neste processo, haja vista:

O interesse que hoje evidencia o Governo brasileiro em favor da juventude brasileira, envidando esforços orientativos e repressivos às práticas más, de modo a ter o Brasil um futuro mais livre, porque tendo seus filhos ainda mais sãos de mente e de costumes (MENSAGEIRO DA PAZ,1972. p. 2).

Este ponto é particularmente interessante por confirmar que as atitudes empregadas pelo regime ditatorial e vistas como repressivas e violentas por parte significativa de setores da sociedade brasileira, especialmente, as vítimas, eram elogiadas e aceitas pela igreja como orientativos, vistas de forma positiva, a fim de assegurar um futuro mais livre, realidade já vivenciada por todos os brasileiros que se adequavam de acordo com a boa moral e de costumes.

Esse artigo escrito em tom de manifesto, a fim de propagar a felicidade dos brasileiros, principalmente por vivenciam grande “liberdade de expressão” e ação, demonstra um dos aspectos de como a Assembleia de Deus vivenciou a ditadura militar, entendendo os que foram vítimas como responsáveis por sua condição, posto que praticaram atos maléficis, repressão que não ocorreria caso fossem sãos de mente e, principalmente, praticantes de bons costumes.

Nesse sentido, a liberdade para a Assembleia de Deus está condicionada à verdade, à responsabilidade, mas sem reclamações e deturpações da mesma. Estes pensamentos coadunam o discurso conservador propagado pela igreja ao longo da segunda metade do século XX e, especialmente construído com a intenção de orientar e controlar o pensamento e atitude do fiel, para o que fosse considerado adequado e aprovado pela igreja.

Arelada a essa ideia, a igreja continuou construindo e demonstrando as razões para que o ano de 1972 fosse tão importante para o Brasil, justificando porque o fiel assembleiano possuía vários motivos para festejar. Conectada à construção das festividades em torno do 7 de setembro que ocorreram nas principais capitais do país, a igreja organizou uma comemoração própria, vinculada ideologicamente aos eventos nacionais, mas com as particularidades de um evento religioso.

O evento mereceu matéria de meia página no jornal *Mensageiro da Paz*. A descrição do dia da comemoração inicia-se, para os leitores assembleianos, situando o

espaço geográfico escolhido para tanto, a cidade de São Paulo, que “ao mesmo tempo coração do Brasil independente e síntese do Brasil pra frente, do Brasil do milagre, acordou no dia 7 sob um raro calor” (Cordeiro,2015, p.29). A capital paulista, naquele mesmo dia e horário, recebia o general Emílio Garrastazu Médici, em seu terceiro ano de mandato presidencial, no auge de sua popularidade, com demorados aplausos na Avenida Paulista, do alto do palanque montado em frente ao Museu de Arte de São Paulo.

Enquanto do alto dos prédios da Paulista, muitos moradores agitavam as próprias bandeiras e promoviam pequenas chuvas de papel picado, muitos chapéus verde-amarelos com dizeres patrióticos cobriam as cabeças do público, protegendo-os do sol forte. Em suas cabeças podiam-se ler frases como “Avante, Brasil, avante!”, “Brasil no ano do sesquicentenário” e “Brasil, conte comigo!” (Cordeiro,2015, p.30). No outro lado da cidade, em proporções menores mas não menos festiva, os fiéis da Assembleia de Deus reuniam-se para festejar.

Sob a orientação espiritual do pastor Cicero Canuto de Lima, a Assembleia de Deus de São Paulo, em uma “demonstração pública de civismo e amor próprio”, saiu às ruas do bairro da Lapa para comemorar o Sesquicentenário da independência. O relato do desenrolar do dia é particularmente interessante, inicia-se da seguinte forma: “Na tarde cálida do dia 7 de setembro, uma multidão de crentes vindos de várias congregações desfilou, pelas principais ruas do bairro até a Praça do Mercado, local escolhido para a realização da solenidade” (*Mensagem da Paz*,1973, p.13). Continua descrevendo que:

Um carro lindamente enfeitado, levava duas jovens que empunhavam as bandeiras do Brasil e do Estado de São Paulo, respectivamente (...) as bandas de música executavam hinos sacros e cívicos. Um grupo de jovens conduziam a bandeira de todos os Estados, territórios brasileiros, inclusive a do Distrito Federal. O colorido das bandeiras, faixas e cartazes alusivos à significativa data, causaram relevante atração. O toque dos instrumentos despertou o povo a sair de suas casas para ver bem de perto o povo de Deus desfilando (MENSAGEIRO DA PAZ,1973, p.13).

Continua descrevendo quem participou das comemorações, como moços, velhos e crianças, que vibravam pelo privilégio, segundo o diário, de assistir e participar dos festejos do sesquicentenário da independência, em um clima descrito como fervor “cívico-religioso”, além de saudar a “ordem e a liberdade” presentes no evento.

Na união cívico-religiosa, quem marcou presença, inclusive com uma breve fala, foi o comandante do 22<sup>a</sup> batalhão, Coronel Francisco Torres de Araújo. Dentre outras palavras, o jornal destaca o seguinte trecho:

Em Munique, onde os atletas de quase todas as nações do mundo, reunidos, participam dos jogos Olímpicos, imperam o ódio e a intranquilidade, mas aqui nesta praça onde os crentes estão reunidos participando destas solenidades alusivas ao Sesquicentenário da independência, imperam o amor e a paz! (MENSAGEIRO DA PAZ,1973, p.13).

O Coronel fez alusão ao atentado terrorista ocorrido dois dias antes nas Olimpíadas de Munique, que ficou conhecido como Massacre de Munique, contra um grupo de atletas israelenses que foram assassinados, após serem tomados como reféns pelo grupo terrorista palestino Setembro Negro. É interessante a analogia, citando um evento violento em um dia festivo, mas que ainda assim, relacionado a batalhas, como os eventos que possibilitaram a proclamação da independência do Brasil e um atentado contra a vida de atletas esportivos.

É possível uma comparação entre eventos tão diferentes? Na concepção do Comandante, sim, mas o que os distingue é que naquela praça estavam crentes reunidos, razão que permitia um clima de amor e paz, enquanto em Munique, com os atletas reunidos em sua diversidade por conta de suas nacionalidades, imperava o ódio e, principalmente, a intranquilidade. Condição alusiva às suas diferenças quanto a seu lugar de origem ou por suas diferenças religiosas? A fala do Comandante possibilitava no mínimo, conclusões ambíguas, com uma falta de sensibilidade para com os atletas judeus de Israel e a ausência de solidariedade após apenas cerca de trinta anos do holocausto na mesma Alemanha.

Nos momentos finais da cerimônia, teve a palavra o orador oficial da solenidade, o pastor João Pereira de Andrade e Silva. Segundo a reportagem, que o cita como professor, falou de improviso. O mesmo iniciou sua fala, referindo-se, nas palavras do articulista, à “Sua Exa. General Emílio Garrastazu Médici”, inicialmente disse: “O presidente Médici é o legítimo comandante de todos os brasileiros”, e sublinhou “Comandante de um país livre e independente”; e acrescentando, acentuou: “Ele também é um dos Comandantes da Revolução Democrática vitoriosa em 31 de março de 1964” (*Mensagem da Paz*,1973, p.13).

E continuando, salientou: “E o importante é que este País que está comemorando o Sesquicentenário de sua Independência, também está comemorando a

sua Independência econômica!” (*Mensageiro da Paz*,1973, p.13). E em seguida, em termos considerados “sensatos”, por parte da reportagem, aduziu:

Há que considerar: se a Pátria são todos, logo os crentes, os evangélicos, as “Assembleias de Deus” são pátria também; e como parcela legítima, que se impõe pelo que há de mais puro e transcendente na vida do País, por representar justamente o fator espiritual, que plasma almas e modela caracteres (MENSAGEIRO DA PAZ,1973, p.13).

Nota-se o tom do discurso conduzido para a sua finalização, com a preparação da plateia para o argumento final e principal, deixando claro, de antemão, que os “crentes, os evangélicos e as Assembleias de Deus”, apesar da distinção feita entre os três tipos fazem parte da pátria, do Brasil, do mesmo país. Razão pela qual, o pastor afirma que:

O Evangelismo Nacional e, particularmente, as Assembleias de Deus filiadas ao ministério da igreja do bairro de Belém, em São Paulo, expressam hoje, nesta concentração cívica-religiosa, o seu *apoio incondicional* ao Presidente Médici, ao Governador Laudo Natel e, as demais autoridades constituídas (MENSAGEIRO DA PAZ,1973, p.13). (Grifo meu)

Ele conclui afirmando: “A Igreja Evangélica Assembleia de Deus e seus ministérios, auguram a nossa Pátria, e as autoridades governamentais um porvir melhor e mais rico de bênçãos de nosso Deus, Amém!” (*Mensageiro da Paz*,1973, p.13).

Este pronunciamento por conta das festividades do sesquicentenário da independência é particularmente importante, porque foi realizado em uma praça pública, para uma plateia não somente de fiéis, mas moradores de diferentes vinculações religiosas presentes. A Igreja Assembleia de Deus torna público, para além de sua imprensa escrita, o seu apoio irrestrito ao governo em exercício no Brasil.

Ao longo da fala do pastor há vários pontos de posicionamentos até então silenciados ao longo da história da Assembleia de Deus<sup>6</sup>. O primeiro deles é o

---

<sup>6</sup> O dicionário histórico da igreja Assembleia de Deus (Araujo, 2007), lançado com o intuito de construir toda a história da denominação, silencia-se quanto à esta proximidade e apoio ao regime de exceção brasileiro. O verbete política, por exemplo, inicia-se falando da participação na

reconhecimento do mandato do General Médici como legítimo, legitimidade alcançada graças à sua participação na *Revolução Democrática* vitoriosa de 1964. E, principalmente, dirigente de um país livre, nota-se, mais uma vez, a presença da analogia com a liberdade, ratificando que os brasileiros a exerciam, especialmente pelo Brasil ser um país independente, ainda mais importante, na concepção do pastor, é que naquele ano de 1972, o Brasil possuía sua independência econômica.

Ao reconhecer que todos estes benefícios pelos quais o país passava estavam relacionados diretamente à vitória dos governos militares no que eles consideraram uma “Revolução Democrática” e vitoriosa, a instituição religiosa Assembleias de Deus posiciona-se favoravelmente e de forma pública, à deposição do presidente João Goulart, entendendo a mesma como uma revolução democrática, sem qualquer característica de um golpe de Estado<sup>7</sup>. Chama a atenção, também, o fato de a considerarem democrática, ainda que a mesma tenha deposto um presidente eleito de forma legal através do voto do povo e em respeito à constituição brasileira.

Um aspecto em especial que merecia celebrações, segundo o pastor, era a independência financeira alcançada pelo Brasil naquele ano. Ainda que o mesmo não fale o nome abertamente, ele referia-se ao chamado milagre econômico vivido pelo Brasil, iniciado no ano de 1969, e que elevou as taxas de crescimento do PIB em 14%. É particularmente interessante notar como o ufanismo e otimismo propalado pelo governo alcançou as páginas dos periódicos das Assembleias de Deus, mas por outro lado há um silêncio latente com relação ao que este mesmo período ficou caracterizado, como “anos de chumbo”.

A própria figura do general Médici representa esta dualidade. O mesmo Presidente tão bem quisto em 1972, alcançou nos últimos dias de vida e ao final do regime ditatorial o ostracismo devido à maior parte dos líderes de regime de exceção. Contudo, nos primeiros anos de 1970, existiu o apoio da população ao seu governo e demonstrações públicas de apoio, como no dia 7 de setembro (Cordeiro, 2015).

Qual a razão para o reconhecimento do regime e apoio ao próprio de forma pública e incisiva somente em 1972 por parte das Assembleias de Deus? Neste caso em especial, a conjuntura política, econômica e social do Brasil pode ser a resposta. Nos primeiros anos do regime militar, a igreja optou pelo silêncio até como medida de cautela,

---

constituente de 1985, silenciando-se com relação ao debate promovido para chegar à eleição destes candidatos ligados à igreja.

<sup>7</sup> Ideia comprovada por (Almeida, 2020) e (Mota, 2019), em seus respectivos trabalhos, em que comprovam que o apoio institucional das Assembleias de Deus ao golpe militar de 1964 ocorreu por meio de seus principais periódicos, o jornal *Mensageiro da Paz* e a revista *A Seara*.

não por acaso tema de reportagem do seu jornal e revista e pedido por parte de seus dirigentes aos seus fiéis (Mota, 2019).

Passado o período de mudanças, termo também utilizado em suas reportagens para os primeiros anos dos governos militares, iniciou-se a fase de aproximação, com reportagens abordando temas do cotidiano civil, até o pronunciamento público com as primeiras manchetes em 1969 nos periódicos, e com a inserção dos evangélicos na vida pública a partir da década de 1970, em que o púlpito foi construído na praça de um bairro da maior cidade do país para que se reconhecesse e deixasse evidente o seu apoio aos anos de prosperidade vividos naquele momento, que na concepção assembleiana via nos primeiros anos de 1970 motivos distintos para comemorar.

Seja com a comemoração do sesquicentenário da independência política, seja celebrando a independência econômica, ou mesmo reconhecendo a existência do futebol, para celebrar a vitória de uma Copa do mundo. O esporte que mereceu destaque nas páginas da revista *A Seara*:

POR MUITO TEMPO a nação recordará a euforia sem par que tomou conta das multidões por ocasião dos resultados positivos da recente peleja desportiva internacional que resultou no triunfo de uma equipe nacional, triunfo esse inequívoco e, dizem, esplêndido. A repercussão nacional do feito agigantou-se de tal modo que governantes e governados viram-se, de repente, comungando um mesmo sentimento de entusiasmo, numa esfuziante alegria, diríamos incontrollável. Serviu-se o feito para avaliar-se o verdadeiro valor de uma conquista. A História registra repetidamente as reações humanas diante das conquistas célebres. Sejam elas militares, políticas, econômicas ou desportivas. Os heróis tem por longo tempo seu lugar de honra no coração do povo e, com o advento da imprensa, exerce esta o papel de promotora ou divulgadora de grandes realizações (A SEARA, 1970. p.2).

Esta reportagem de *A Seara* publicada no início da década de 1970 serve para alinhar o pensamento com a postura tomada pela igreja no início daquele período, a de não mais omitir-se e silenciar-se das discussões do mundo civil. Era chegado o momento de a igreja reconhecer os problemas do mundo, mas analisando-os de uma forma a encaminhar e construir a leitura adequada e recomendada para o fiel.

Com assertivas de reconhecimento da presença da História como construção de memórias das reações humanas, que serão registradas e divulgadas pela imprensa, sejam de militares, governantes, questões políticas, econômicas e mesmo desportivas. É o reconhecimento formal da inserção da igreja nestes debates, sem pudor em reconhecer a euforia sentida pela população brasileira com a conquista do tricampeonato mundial de futebol, pois mostrou o alcance que um determinado evento bem divulgado pode alcançar. Assim como a imprensa deve ser utilizada neste direcionamento, nas palavras da reportagem, a igreja “Deve recolher deste episódio uma lição, posto que do quanto a imprensa é capaz viu-se em junho último” (*A Seara*, 1970. p.2).

Nesta conjuntura de inserção na vida pública, os periódicos assembleianos passam a direcionar pautas para a discussão de questões civis, mas alinhando-as aos seus interesses religiosos, especialmente com um direcionamento cada vez maior para os interesses políticos, é o que o próprio jornal *Mensageiro da Paz* chamará de concentração cívico- religiosa.

Sentimos ser obrigação primária dos crentes em Cristo orar pelos destinos da Pátria, pelas autoridades que a governam, para que o façam sob inspiração divina. Devemos igualmente ser gratos a Deus pelo clima de liberdade que respiramos no Brasil. E testemunho de nossa gratidão a Deus pode e deve estar associado a manifestações prudentes de apoio aos que detém o comando, o governo da Nação (*A SEARA*, 1970. p.2).

Este agradecimento público a um governo de exceção sintetiza bem o pensamento político das Igrejas Assembleia de Deus. Apoio e consentimento justificavam tais assertivas. O alinhamento se deu por concordar ideologicamente com as ações e propostas do governo em vigor, além de, posteriormente, despertar o interesse em fazer parte deste universo político, pleiteando, assim, representatividade política.

Para exemplificar este fato, em 1969, a revista *A Seara* publicou um artigo em seu editorial de janeiro de 1969, intitulado “*Falando de Segurança*”, em que mais uma vez ratifica o seu contentamento com o governo militar, principalmente pela reunião do Presidente da República, Arthur da Costa e Silva com o SNI (Conselho de Segurança Nacional):

Quando alguns cidadãos exaltados e irresponsáveis tratam de subverter a ordem pública, vê-se que atitudes repressivas

são tomadas de imediato pelo fato de envolverem matéria de segurança nacional. As autoridades são constituídas para manter a ordem, defender a integridade, proteger os cidadãos e consolidar a soberania da Pátria. Tudo isto significa segurança, Segurança da Pátria, da família, do indivíduo. Quando em seu tríptico aspecto a segurança é efetivada teremos então, a estabilidade Política, moral e social. Sem essa experiência nenhuma nação obterá prosperidade. Nenhum povo triunfará (A SEARA, 1969, p.2).

A doutrina de Segurança Nacional engendrada pelo governo militar deu sustentação aos discursos internos das igrejas, no sentido da centralização burocrática e ideológica. As igrejas careciam de condições políticas para implementar ações opostas à desagregação institucional e a favor da uniformização doutrinária e litúrgica (Santos; Senra, 2008, p.219).

Nesta conjuntura, a igreja Assembleia de Deus justificou suas ações ora com o discurso teológico, ora nomeando os inimigos a serem combatidos. Em um primeiro momento, o comunismo, posteriormente, o ecumenismo e, por fim, a solução com a vitória da “Revolução” brasileira empreendida pelo governo vitorioso, que iria garantir a segurança moral das famílias brasileiras, impedindo que o país fosse corrompido e virasse uma terra socialista tomada por ateus.

### ***“Em quem votaremos?” O Governo, a Igreja e a Bíblia***

Dos caminhos percorridos pela Assembleia de Deus, com sua negação ao exercício de membros participarem do pleito eleitoral à sua aceitação e posterior empenho para que estes sejam eleitos, nós vemos o nascimento de uma força política a ser reconhecida. Entusiasta defensora de pautas conservadoras, os caminhos percorridos para tanto vão diretamente neste sentido: defesa da família, negação de determinadas minorias e um fundamentalismo crescente e preocupante.

No que toca à nossa análise, a década de 1970 foi fundamental para este processo de maturação do crente político, principalmente, do crente assembleiano, haja vista que as demais congregações já aceitavam e disputavam eleições abertamente. Mas como se deu este processo de indicação de votos? Esta era feita através de um viés nacional por seus periódicos, enquanto os pastores em nível local reforçavam este posicionamento no púlpito, prática ainda hoje vista com incômodo por parte dos assembleianos. Uma outra ferramenta usada neste processo de

convencimento/orientação/campanha foi o rádio. Em nosso caso específico, nos interessa particularmente como se deu este processo nos periódicos.

Em matéria intitulada “Em quem votaremos?”, a ideia era alertar aos fiéis que a eleição se aproximava e estes deveriam fazer suas escolhas baseada na filiação partidária:

Temos deveres com nossa Pátria como cristãos e nunca esqueçamos de cumprí-los. Irmãos de todo o Brasil, unam-nos! Temos nos vários Estados da Federação irmãos que disputam cargos eletivos. Vamos depositar a nossa confiança em forma de voto nos candidatos evangélicos. Não vamos fugir da realidade, não vamos ficar distantes de uma coisa que podemos participar. O voto de um cristão deve ser dado a um outro cristão, sincero e digno de nome (A SEARA,1970, p.48).

Dentro deste debate promovido entre os editores dos periódicos e seu fiéis, notamos uma mudança de atitude por parte da linha editorial destes, que pedem uma participação dos fiéis e que estes não fujam da realidade. Qual seria esta? Que não há problema algum votar em irmão, pelo contrário, é recomendado que o faça. Nesta conjuntura, a igreja continua a elencar os motivos pelos quais se deve votar em cristãos que se candidatem ao pleito eleitoral, especialmente os que estejam em conformidade com os governos militares,

A nação brasileira, atualmente, deve orgulhar-se do governo que tem, governo que merece o integral apoio da parte de todos os brasileiros de boa conduta e de moral comprovada. É fato, lamentável, porém, alguns elementos de projeção eclesiástica se prestarem a fazer insinuações administrativas, como se o nosso governo não tivesse capacidade para desempenhar por si mesmo a sua missão. Pior ainda quando tais elementos criticam certamente o governo, sem fundamento para isto. Reconhecemos não ser esta a missão eclesiástica e sim outra a de orar pelo governo e deixar que ele trabalhe livre e desembaraçadamente. Assim fazendo, jamais o governo se verá forçado a agir punitivamente em contrário à sua formação contra elementos que se insurgem e dão guarida à rebeldia contra o governo. Há aqueles que

atribuem ao governo intromissão e pressão sobre a Igreja no Brasil, quando o que acontece é precisamente o contrário. A liberdade legal que aqui desfrutaram os cidadãos para professar a sua fé sem quaisquer constrangimentos. Graças a Deus! (MENSAGEIRO DA PAZ,1978, p.3).

Esta reportagem é uma das mais contundentes sobre a relação da igreja com a política, em um momento de exceção da sua prática usual, a Assembleia de Deus reconhece as críticas feitas ao governo militar, reconhece que em 1978 a igreja Católica era uma forte opositora do governo, utilizando todas as suas estratégias de combate em um regime com direitos políticos e de liberdade cerceados. E, especialmente, reconhecendo todas estas dificuldades, as Assembleias de Deus reafirmam o seu apoio, criticam os eclesiais por estarem atrapalhando o ótimo momento vivido pelo Brasil, e, não podemos deixar de notar, também, a reiteração do termo “nosso governo”.

Uma hipótese citada pelo próprio texto, que justificaria este apoio incondicional, seria a argumentação de possuírem liberdade religiosa. Ao longo de sua história no Brasil, as Assembleias de Deus sempre se ressentiram, em sua biografia oficial (Conde, 2000), da perseguição sofrida por parte da igreja Católica, quando chegou ao Brasil, especialmente, por não possuir liberdade em expressar sua fé livremente.

Com a chegada dos militares ao poder e com o alinhamento assembleiano, foram recorrentes os pedidos e pautas de garantia da liberdade do culto religioso, questão sempre assegurada pelos representantes do governo militar. Outro argumento utilizado pelo jornal para apoiar o governo vem no sentido das obras que estavam sendo realizadas no país naquele momento. São citadas as obras “gigantescas” que estavam sendo feitas na Amazônia, a integração nacional que se processa através da construção de novas obras, a erradicação de “favelas”, porque o governo está dando de si o melhor. É particularmente interessante a exaltação destas obras, porque podemos observar hoje a situação de moradia de milhões de brasileiros ser um agravante social! Para além disto, a igreja reafirma seu apoio, deixando claros os caminhos que os eclesiais católicos deveriam evitar:

A nós, porém, que respeitamos o governo e com ele cooperamos no que nos diz respeito, para que ele exerça a sua atividade com proveito geral da nação, convém deixá-lo livre, cumprindo assim a determinação de Cristo. A Igreja não tem nada a ver com terrenos, com os processos do INCRA, da SUDENE, do INRA e tão pouco com as

localizações das AGROVILAS. Tais coisas são de exclusiva alçada do governo humano que dirige o destino de nosso país. A reforma social que pertence à igreja é aquela que diz respeito ao indivíduo em si, que é operada pelo novo nascimento, isto é, pela transformação operada pelo homem (MENSAGEIRO DA PAZ,1978, p.3).

Também orienta a quem tivesse uma vivência religiosa para não se envolver com assuntos laicos, como pontuado no trecho a seguir:

É uma virtude que devemos reconhecer com alegria: o governo do nosso país não se tem envolvido com questões litúrgicas e em nada do que diz respeito a atividades espirituais, motivo que dá a Igreja no Brasil a liberdade de que goza sem constrangimento algum. O governo brasileiro está procedendo de acordo com as determinações de Cristo: cuidando de seus deveres materiais, civis, administrativos e deixando com a igreja a parte que lhe diz respeito, que é espiritual. Neste caso, porque elementos eclesiásticos procuram intrometer-se indevidamente nas funções governamentais? Porque não se contentam? Não se limitam para aquelas atividades que voluntariamente elegeram, para que foram por Deus chamados? Nunca devemos esquecer-nos de que “um servo não pode servir ao mesmo tempo a dois senhores” Mt, 6:24. Portanto, não podemos servir ao mesmo tempo aos deveres estatais e eclesiásticos (MENSAGEIRO DA PAZ,1978, p.3).

É especialmente interessante a contradição da igreja Assembleia de Deus. A igreja Católica não poderia fazer parte da vivência política e religiosa, mas ela poderia? Com forte apelo para seus fiéis que concordassem com tal demanda, todos os argumentos utilizados pelos evangélicos no sentido de incoerência da união partidária e religiosa só se referia se esta união viesse dos católicos. Como podemos notar, a seletividade assembleiana se apresenta também com relação às denominações religiosas que fariam parte ou não do pleito eleitoral. Se fosse para ter uma postura crítica e opositora era melhor não tentar agradar a dois senhores e escolher somente a vida espiritual.

### ***Considerações finais***

Neste sentido, foram construídas ideologicamente as bases para a inserção do político evangélico, especialmente do que viria, ao longo do século XXI, representar as igrejas Assembleias de Deus. Era esperado que este representante, principalmente, continuasse o processo de fortalecimento dos evangélicos na cena partidária nacional, que contribuíssem para a construção do ser político e evangélico, enquanto fazia política atrelada com a religião, caminhos concretizados e que observamos, na atualidade, o perigo destas escolhas conectadas ao poder crescente do voto evangélico no Brasil.

As Assembleias de Deus conseguiram a inserção na vida partidária nacional e nos últimos anos, consagrou-se como uma das maiores representações da Frente Parlamentar Evangélica, ou, simplesmente, a bancada evangélica. O período da Ditadura Militar, com apoio e consentimento de milhares de civis e fiéis foi fundamental para a construção dessa inserção político partidária por parte desta instituição religiosa.

Hoje não podemos falar em Assembleia de Deus, posto que haja várias ramificações, fruto de várias deliberações, cisões e interesses bem mais políticos do que religiosos, que compõem as igrejas Assembleias de Deus no Brasil. Na atualidade, a igreja vive a realidade em que religião e poder dão as mãos.

Os caminhos percorridos ao longo da segunda metade do século XX permitiram esta inserção e apoio significativo do voto evangélico, como observado nas últimas eleições, seja para vereadores, deputados, senadores e o voto fundamental para a eleição presidencial. Esse era um interesse particular dos evangélicos, posto que para os mesmos, passado o período de inserção e consolidação da representação partidária falte, de fato, a eleição de um Presidente da República Evangélico, fato já ocorrido durante o governo dos militares, com a eleição do General Ernesto Geisel, que era de Confissão Luterana, escolhido para substituir o Presidente Médici.

Ao tornar público seu posicionamento a respeito dos meandros políticos do Brasil, a igreja Assembleia de Deus inseriu-se no campo político, com a presença de candidatos para representá-la, com base, especialmente, no seu discurso conversador e de defesa das pautas que caracterizam a direita evangélica, na atualidade.

A entrada majoritária no campo político por parte das Assembleias de Deus deu-se na década de 1980, com o resultado do pleito eleitoral de 1986, influenciados pela necessidade de votação da nova Constituição Federal, em que conseguiram eleger 14 deputados pertencentes à denominação. Antes esse número resumia-se a um ou dois deputados por eleição. Quais os motivos desta entrada ter se concretizado somente em 1986? Como problematizado pela nossa pesquisa, podemos elencar o apolitismo institucional dos primeiros anos, como causa principal.

Ao longo da década de 1940 e 1950, a linha editorial do principal periódico da igreja, o jornal *Mensageiro da Paz* não discutia política, que era vista como uma prática mundana, estando aptos a discuti-la somente quem vivesse no campo político. A máxima era que política e religião não se discutem e, principalmente, não se misturam. A partir da década de 1960 há uma mudança na linha editorial do jornal, com as primeiras notícias de teor político surgindo ao longo do ano de 1961.

Tem-se início um longo debate construído ao longo desta década, em que os articulistas, dividiram opiniões sobre qual o melhor posicionamento a ser seguido pela Igreja. Ao longo dos anos sessenta, a Assembleia de Deus delibera pela necessidade de participação da igreja no cenário político e que a partir de então não seria mais ilícita a relação entre religião e política, desde que a Igreja possuísse seus próprios candidatos para representá-la.

Essa postura foi consolidada pelo apoio público das Assembleias de Deus ao governo militar e a destituição de João Goulart, defendendo abertamente esse posicionamento nos cultos realizados em praças das principais cidades brasileiras. Se em um primeiro momento houve o silêncio quanto ao golpe de Estado, o que se viu ao longo dos próximos anos foi o apoio total ao Regime Militar, posto que para os assembleianos, o que ocorreu no Brasil em 1964 foi uma revolução (Mota, 2019).

Ao longo da década de 1970, foi construída a base ideológica deste apoio, a justificativa por parte da igreja Assembleia de Deus para seu apoio ao governo militar está pautada em um discurso moralizante, fortalecido por eleger os inimigos da ordem estabelecida. Neste contexto, ecumenismo, comunismo e mesmo a democracia são vistos como inimigos, uma vez que eles terminavam por concentrar as características que levavam o jovem, a mulher, o fiel a praticar atos ilícitos aos padrões estabelecidos pela Bíblia, que foi utilizada ao longo deste período como estratégia de controle dogmático e doutrinário por parte dos líderes assembleianos. (Mota, 2019).

Podemos inferir, através de nossa pesquisa, que o processo de apresentação e convencimento dos fiéis para participarem do pleito eleitoral se expandiu nas folhas dos seus principais periódicos, o jornal *Mensageiro da Paz* e a revista *A Seara*. Apesar de os candidatos se fazerem presentes nos púlpitos, foi através da palavra impressa que veio a legitimação do apoio com o discurso de orientação de que era chegado o momento do voto evangélico fazer a diferença no país.

## **Referências Bibliográficas**

### **Fontes**

- ALGUNS PENSAMENTOS SOBRE LIBERDADE. *A Seara*. Rio de Janeiro, 1402, agosto de 1972, p.46.
- A MAIOR CONQUISTA. *A Seara*. Rio de Janeiro, 1096, 31 de agosto de 1970, p.2.
- AS ELEIÇÕES. *A Seara*, Rio de Janeiro, 1095, p.48, 07 de agosto de 1970, p.48.
- FALANDO DE SEGURANÇA. *A Seara*. Rio de Janeiro, janeiro de 1969, 1079, p.2.
- FILHO, Manoel Carlos. A Assembleia de Deus em São Paulo e o sesquicentenário. *Mensagem da Paz*, Rio de Janeiro, ano 43, 15 de fevereiro de 1973, p.13.
- Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXXVIII, n.213, 14 de dezembro de 1968, p.1.
- LIBERDADE. *Mensagem da Paz*, Rio de Janeiro, ano 42, n. 17, 15 de setembro de 1972, p.2.
- SOUZA, Eliseu Queiroz de. O Governo, a Igreja e a Bíblia. *Mensagem da Paz*, Rio de Janeiro, ano 48, 4 agosto de 1978, p.3.

### **Bibliografia Geral**

- ALMEIDA, Adroaldo José Silva. *"Pelo Senhor, Marchamos"*. Os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985). São Luís: EDUFMA, 2020.
- ARAÚJO, Isael. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD, 2007.
- ATO INSTITUCIONAL nº5. Disponível em: < <http://www.senado.gov.br> >. Acesso em: 12 de dezembro de 2021.
- BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2). Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/outros-destaques/120-comissao-nacional-da-verdade-cria-grupo-de-trabalho-que-investigara-papel-das-igrejas-durante-a-ditadura.html>>. Acesso em: 03/05/2019.
- CONDE, Emílio. *História das Assembleias de Deus no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2000.
- CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- COSTELLA, Antônio. Lei de Imprensa. Rio de Janeiro: CPDOC. 2017.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. Volume 2. Coleção As Ilusões Armadas, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LABORIE, Pierre. 1940-1944:os franceses do pensar duplo. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRANT, Samantha Viz (Org.) *A construção social dos reinos*

*autoritários*: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MOTA, Elba Fernanda Marques. *EM QUEM VOTAREMOS?* cultura política e construção do discurso moral e eleitoral da Igreja Assembleia de Deus (1960-1979) (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Estado do- Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, L. A.; SENRA, Álvaro de Oliveira. O AI-5, as Igrejas Cristãs e a sociedade civil. In: Oswaldo Munteal Filho, Adriano de Freixo, Jacqueline Ventapane Freitas. (Org.). *Tempo negro, temperatura sufocante* - Estado e Sociedade no Brasil do AI-5. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

TRABUCO, Zózimo. *À direita de deus, à esquerda do povo: protestantismos, esquerdas e minorias (1974-1994)*. Salvador: Saggá, 2016.